

“Mercado Sul é patrimônio cultural”: a saga pelo reconhecimento de identidades e práticas periféricas em Taguatinga, Distrito Federal¹

Ana Luiza Noronha²
Sara Santos Morais³
Universidade de Brasília

Resumo: Fundado em 1958 como mercado popular em Taguatinga, no Distrito Federal, o Mercado Sul (MS) tem passado por um complexo processo de patrimonialização. Desde 2015, o território é ocupado pelo movimento Mercado Sul Vive! (MSV), que reivindica direitos à cultura, à cidade e à moradia de forma integrada, como resistência à especulação imobiliária local. O movimento também busca o reconhecimento de suas práticas como Patrimônio Cultural do Distrito Federal, utilizando essa estratégia para valorizar e salvaguardar o território. Este artigo tem como objetivo analisar as tensões entre o Estado e a Sociedade Civil durante esse processo de patrimonialização, além de entender as orientações políticas, as estratégias locais e os desafios relacionados ao discurso autorizado do patrimônio exercido pela lógica estatal.

Palavras-chave: Mercado Sul; Taguatinga; patrimônio cultural; identidade cultural: Brasília.

¹ Este artigo foi premiado pela Associação Brasileira de Antropologia, em sua participação no Prêmio Mário de Andrade, organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus, na categoria *Artigo Derivado de Dissertação de Mestrado* (2024).

² Ana Luiza Noronha possui bacharelado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Desde 2022 têm se dedicado aos estudos de patrimônios imateriais em processo de reconhecimento oficial. Atualmente têm realizado projetos visando a divulgação científica de pesquisas na área de patrimônios culturais com o intuito de garantir maior acessibilidade à população sobre o tema.

³ Sara Morais é mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Desde 2013 atua como técnica em antropologia no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado no Departamento de Antropologia da Unicamp e pesquisadora colaboradora plena no Departamento de Antropologia da UnB. Autora de *O Palco e o Mato: o lugar das timbilas no projeto de construção da nação em Mocambique*, publicado pela Editora Telha e pelo selo ABA Publicações.

“Mercado Sul is a cultural heritage”: the saga for the recognition of outskirts identities and practices in Taguatinga, Federal District of Brazil

Abstract: Founded in 1958 as a popular market in Taguatinga, Federal District, Mercado Sul (MS) has undergone a complex process of patrimonialization. The territory, which has faced moments of valorization and marginalization, has been occupied since 2015 by the Mercado Sul Vive! (MSV) movement. The main demands include the right to culture, the city, and housing, integrated as a form of resistance to local real estate speculation. The movement also seeks to have its practices recognized as Cultural Heritage of the Federal District, using this strategy to safeguard the territory. This article aims to explore the tensions between the State and Civil Society during the ongoing patrimonialization process, as well as to understand the political orientations, tensions, local strategies, and challenges related to the state's authorized discourse on heritage.

Keywords: Mercado Sul; Taguatinga; cultural heritage; cultural identity: Brasília.

“Mercado Sul es patrimonio cultural”: la saga por el reconocimiento de identidades y prácticas periféricas en Taguatinga, Distrito Federal de Brasil

Resumen: Fundado en 1958 como un mercado popular en Taguatinga, Distrito Federal, el Mercado Sul (MS) ha pasado por un complejo proceso de patrimonialización. Desde 2015, el territorio es ocupado por el movimiento ¡Mercado Sul Vive! (MSV), que reivindica los derechos a la cultura, la ciudad y la vivienda de forma integrada, como resistencia a la especulación inmobiliaria. El movimiento también busca que sus prácticas sean reconocidas como Patrimonio Cultural del Distrito Federal, utilizando esta estrategia para valorizar y preservar el territorio. Este artículo tiene como objetivo analizar las tensiones entre el Estado y la Sociedad Civil durante este proceso de patrimonialización, así como comprender las orientaciones políticas, las estrategias locales y los desafíos frente al discurso autorizado del patrimonio ejercido por la lógica estatal.

Palabras clave: Mercado Sul; Taguatinga; herencia cultural; identidad cultural: Brasília.

Este artigo tem como foco a análise de alguns aspectos do processo de patrimonialização do Mercado Sul de Taguatinga (doravante MS), conhecido carinhosamente pelos seus detentores e frequentadores como Beco. Minha maior motivação para a realização da pesquisa de graduação da qual originou minha monografia⁴ e que ancora este texto foi o anseio em compreender quais são as histórias, memórias e expressões culturais que perfazem o Distrito Federal (DF), para além das imagens consolidadas de Brasília como capital federal, conjunto urbano tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Escolhi o caso do Mercado Sul não somente porque nutro afeto pelo lugar, mas sobretudo porque entender um movimento em curso pelo reconhecimento oficial do Estado (neste caso, do Governo do Distrito Federal – GDF), por parte de uma comunidade periférica do DF, poderia fornecer dados para compreensão do cenário atual de consolidação das políticas públicas de patrimônio cultural em Brasília.

Concentradas no Plano Piloto, as narrativas e as ações de reconhecimento da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), por meio do Conselho de Defesa ao Patrimônio Cultural (CONDEPACC), criado em 2017, têm se voltado principalmente para o patrimônio material, com foco nos monumentos e demais edificações localizadas no Plano Piloto de Brasília. Conforme abordarei abaixo, uma das motivações para que os detentores do MS estejam se mobilizando nos últimos anos para conquistar o título de Patrimônio Cultural do DF é a luta pela ocupação do espaço, cujo território está em risco de desapropriação. O pedido pelo reconhecimento como patrimônio, então, passou a ser utilizado estrategicamente como uma das formas de valorização cultural, visibilidade e legitimação de práticas e identidades sociais que extrapolam aquelas concentradas no Plano Piloto.

Como se sabe, a capital federal modernista foi fundada em 1960 e é conhecida pelo urbanismo de Lúcio Costa⁶ e os prédios de Oscar Niemeyer, tendo sido reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1987. A despeito desse seu importante lugar na imaginação da identidade nacional, ainda paira sobre a cidade dúvidas a propósito de quais seriam os aspectos centrais para a definição da identidade cultural de Brasília e do Distrito Federal. O assunto surge frequentemente em rodas de conversa seja na universidade, seja em outros espaços de socialização na capital do país.

O antropólogo José Reginaldo Gonçalves aponta como,

⁴ Meu trabalho de conclusão de curso, intitulado "Mercado Sul É Patrimônio Cultural": Debates Sobre Políticas, Narrativas e o Reconhecimento Patrimonial De Outras Identidades Culturais Do Distrito Federal." foi defendido em setembro de 2023 no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

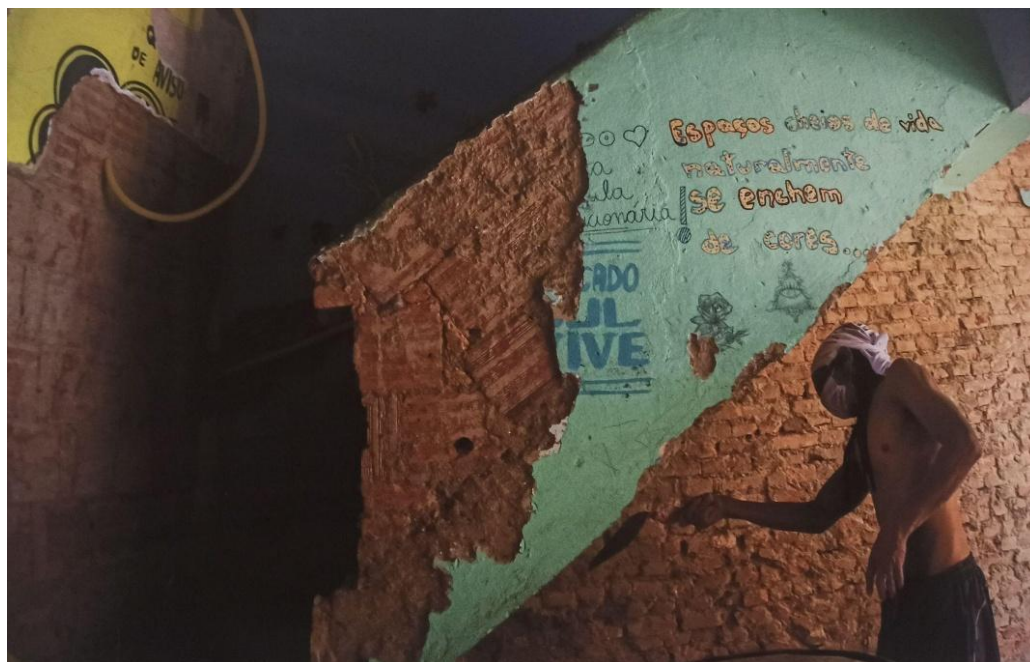
⁵ Esta monografia derivou da pesquisa realizada pelo projeto "No Registro - Podcast, Patrimônio e identidades culturais", processo número 00150-00006924/2022-19, fomentado pelo Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC-DF) e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC).

⁶ Para uma excelente discussão sobre o papel de Lúcio Costa na consolidação e oficialização da vertente modernista da arquitetura no Brasil, ver Chuva (2003).

Nos recentes debates públicos e acadêmicos sobre os patrimônios culturais (materiais ou imateriais), é recorrente que estes sejam concebidos como ‘representações’ ou ‘expressões’ da identidade e da memória de grupos e segmentos sociais. [...] Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público de tais patrimônios significa lutar pela própria existência e pela visibilidade social e cultural desses grupos e segmentos. (GONÇALVES, 2019: 29-30)

Essa citação não poderia estar mais de acordo com o que vem ocorrendo em relação ao Mercado Sul. Aliados do seu reconhecimento enquanto parte fundamental da formação da identidade do Distrito Federal, os detentores do MS têm recorrido aos embates públicos para verem suas práticas e seu lugar de expressão cultural serem legitimados como patrimônio. Importante ressaltar, nesse contexto, que a construção de Brasília promoveu uma intensa segregação social e racial (LEMOS, 2022: 227-228), cujos resultados reverberam ainda hoje, a exemplo da consolidação do cinturão sanitário e da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Nas periferias da capital federal, distantes do acesso ao discurso autorizado de patrimônio (SMITH, 2021: 144-146) reproduzido por agentes públicos do GDF, encontram-se patrimônios culturais cheios de vida, luta e criatividade. Não bastassem as duras condições de sobrevivência impostas pela segregação, seus detentores mantêm-se firmes, reivindicando o direito à cultura e ao reconhecimento estatal de suas expressões culturais.

Figura 1 – Reforma de uma das lojas ocupadas pelo movimento Mercado Sul Vive! na obra *Tempos de Renovação*. Autor: Webert da Cruz. Fonte: Exposição "Chão de Cores: Mercado Sul, Memória, Cultura e Movimento"⁷, 2023.



⁷ A exposição Chão de Cores teve sua primeira edição exposta no Museu Nacional da República, em 2023. A curadoria feita por Webert da Cruz e Rick Paz tinha como objetivo gerar reflexões sobre o valor histórico e significativo do Mercado Sul a partir dos registros fotográficos de quem vivencia e constrói a memória do território. Em 2024 a exposição será expandida com o fomento da Lei Paulo Gustavo DF, na qual atuei como pesquisadora, a fim de dar continuidade aos trabalhos de memória desenvolvidos pela comunidade.

Concordo com Antonio Augusto Arantes quando diferencia patrimônio cultural de memória social. Para o antropólogo,

Os processos de construção da memória social e do patrimônio cultural criam – ambos – marcos afetivos e cognitivos compartilhados que balizam a continuidade e a mudança sociais, a formação de representantes de si e projetos de futuro. Mas, enquanto a memória social diz respeito a agentes e práticas pertencentes à sociedade civil, o patrimônio resulta de um complexo processo de negociação e conflito que, necessariamente, articula o plano local a esferas políticas e sociais mais abrangentes, particularmente o Estado: envolve instituições governamentais e não-governamentais, instituições acadêmicas e administrativas, interesses públicos e negócios privados. (ARAN-
TES, 2009: 52-53)

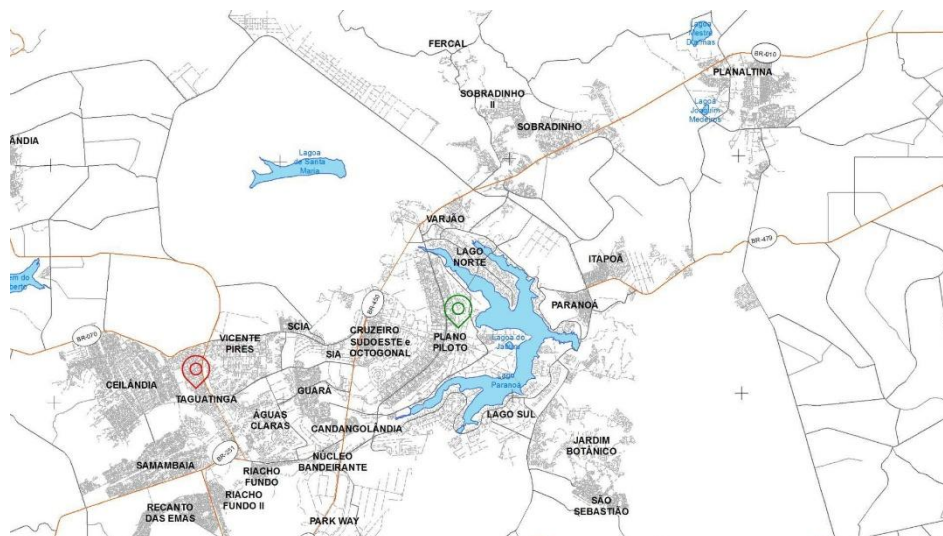
Compreendendo, assim como o autor, tratar-se o patrimônio cultural de um processo de negociação e conflito, tomei parte do processo de patrimonialização do MS em sua fase de aproximação reivindicativa com o Estado como tema privilegiado para a análise apresentada neste artigo. A pesquisa que deu origem aos dados que serão aqui discutidos foi realizada em vários períodos entre 2022 e 2023 e consistiu em observação participante, entrevistas formais e informais, levantamento de material de arquivo, bibliográfico e documentos públicos estatais, além de análise de material audiovisual. Como antropóloga, ao utilizar essas técnicas de pesquisa, tinha como objetivo compreender as narrativas produzidas por agentes diversos (Estado, sociedade civil, entre outros), como elas ganham vida e se reproduzem socialmente. Em especial, tinha em mente dedicar meu olhar aos seguintes quesitos: a) regras e procedimentos dos mecanismos institucionais do GDF para o reconhecimento oficial e salvaguarda de bens culturais como Patrimônio Cultural; b) quais os sentidos e modos de utilização da categoria patrimônio para os diversos agentes em disputa.

Afinal, quais são as histórias, memórias e expressões culturais que fazem parte do Distrito Federal? Quais delas estão fora do Plano Piloto? Quais narrativas o governo do Distrito Federal tem criado, por meio dos reconhecimentos patrimoniais, sobre as pessoas e as práticas culturais do DF? São essas as perguntas que vão perpassar este artigo, que está dividido em quatro partes. A primeira tem como objetivo descrever a história do Mercado Sul desde os seus primórdios até os dias atuais, enfatizando situações-chave da sua trajetória para a compreensão do atual processo de patrimonialização. A segunda debate a percepção da legislação do DF quanto aos patrimônios culturais e os debates presentes no Conselho de Defesa ao Patrimônio Cultural. A terceira se volta especificamente para a articulação dos argumentos de reconhecimento patrimonial do MS, que ocorre primeiramente de forma comunitária por meio de oficinas e depois se expande para uma audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Por fim, nas considerações finais, trago os desdobramentos das situações vivenciadas pelo Mercado Sul após as mobilizações para o reconhecimento patrimonial oficial analisadas neste artigo.

O Mercado Sul de Taguatinga: histórias passadas e presentes

O Mercado Sul se constitui inicialmente como um mercado popular, em 1958, tendo a função principal de comércio. Devido à chegada de *shoppings* e supermercados em Taguatinga (cerca de 25 km de distância do Plano Piloto), houve uma mudança na forma de consumo local que atingiu os comerciantes, que abandonaram as lojas. No período entre os anos 1970 e 1980, o MS se tornou um local

Figura 2 – Mapa do Distrito Federal destacando a localização do Plano Piloto e de Taguatinga. Fonte: Mapas de Localidades. Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Urbanização (adaptado pela autora)



Atualmente, o MS é constituído por três ruas e dois becos que se localizam entre a Avenida Comercial Sul e a Samdu, totalizando 84 lojas e *boxes*. Durante toda a sua história, o MS teve uma forte relação com os movimentos sociais. Nesse período não foi diferente. Além dos movimentos culturais, foi palco para as discussões que subsidiaram a realização do inventário do Teatro de Bonecos e da elaboração do plano de salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira pelo IPHAN. Moradores e frequentadores do Beco dialogavam com o Movimento Passe Livre, com os movimentos negros, indígenas, Sem Terra e dos

⁸ O Invenção Brasileira, o Tempo EcoArte, a Sônia Comedoria, o Estúdio Gunga, a Tribo das Artes, o coletivo de saúde popular Eu Livre, a Casa Moringa e o grupo de capoeira Semente do Jogo de Angola são alguns exemplos. Outros coletivos também fizeram parte desse período e há uma descrição de cada um deles que pode ser encontrada no trabalho de (RAMOS, 2018).

Moradores Sem Teto. Contudo, devido às dificuldades financeiras decorrentes principalmente da especulação imobiliária, o Espaço Cultural Mercado Sul fechou as suas portas em novembro de 2014. Em decorrência disso, a população que frequentava o território⁹ passou a pensar em soluções para dar continuidade às atividades que ocorriam no espaço (DA CRUZ, 2018: 1; RAMOS, 2018: 86).

No dia 5 de fevereiro de 2015 oito lojas e um *box* foram ocupados, o que ensejou o início do movimento Mercado Sul Vive! (MSV). O restante das lojas que estão no local, independente se estão abandonadas ou não, seguem disponíveis para comércio ou moradia. É importante fazer a distinção de que parte dos moradores, que arcam com os custos normais para morar em um local, adentraram ao movimento porque estavam de acordo com as pautas. Outros coletivos que compõem o Beco mas não fazem parte da ocupação estão dentro do MSV pela construção coletiva que ele propõe e que está presente naquele território já há muitos anos. Existem moradores que não fazem parte do movimento, mas que concordam e conseguem enxergar as melhorias feitas durante este período como as pequenas reformas elétricas e hidráulicas nas lojas, os mutirões de limpeza e pintura, a construção das hortas comunitárias, e os sistemas de captação de água da chuva que foram feitas em prol do uso da comunidade. Outros são contra toda a movimentação que ocorre no Beco. As ruas do MS se tornam palco de disputa, misturando-se com igrejas, coletivos culturais, coletivos de mídia, bares, hortas, comerciantes e moradores dos mais diversos estilos (DA CRUZ, 2018: 6).

Figura 3 – Mapa do Mercado Sul de Taguatinga. Fonte: *Retomar para Reinventar*, de Weibert da Cruz, 2018.



Alguns dias após a ocupação das lojas, Josmar da Costa, empresário e suposto dono das lojas, impetrou uma ação judicial para que o MSV saísse do espaço e devolvesse as lojas em até 48 horas. As articulações do Movimento com advogados parceiros, em conjunto com diversos erros judiciais e administrativos, além

⁹ Os detentores do MS o classificam como um território, devido ao constante esforço de usar, ocupar, controlar e se identificar neste espaço geograficamente delimitado. Utilizo esta categoria de território devido ao constante uso do termo que é feito pela comunidade. Também faço uso desta categoria dando o sentido de um espaço que se encontra em uma constante disputa de poder, seja ela econômica-política ou simbólica-cultural (SILVA, 2016: 199-200). Atualmente, o MS não está restrito apenas a sua função comercial; há pessoas que moram, que trabalham, se divertem e se expressam naquele território.

da constante luta pela permanência do espaço por parte do MSV, fizeram com que o processo durasse até os dias que correm, sem que essas pessoas fossem retiradas das lojas (DA CRUZ, 2018: 2). É importante mencionar que, durante os períodos mais críticos da ocupação, agentes culturais, políticos e personalidades intelectuais estiveram no Mercado Sul para conhecer o trabalho desenvolvido e articular apoio para esse processo, que tem como principal objetivo manter as pessoas do Mercado Sul no seu território. Foi também durante esses primeiros momentos de ocupação que surgiu a ideia de reconhecer o Mercado Sul como Patrimônio Cultural (DA CRUZ, 2018: 2).

Decorridos nove anos de conflito judicial entre o MSV e o proprietário das lojas, o caso já passou pela primeira e pela segunda instâncias; a última notícia pública sobre o processo data do dia 1 de setembro de 2022 e aponta que os juízes têm se alinhado com os princípios de que o uso social das lojas está acima da propriedade privada (MERCADO SUL VIVE!, 2022). Apesar disso, o processo judicial segue correndo e não há nenhuma garantia até o momento de que a Ocupação permanecerá no território. Mais uma vez, as ruas do Beco são palco para mobilização popular, unindo as pautas do Direito à Cidade, Direito à Moradia e o Direito à Cultura, de forma atrelada. O reconhecimento patrimonial é uma das estratégias para fortalecer a permanência da ocupação cultural nas ruas do Mercado Sul¹⁰.

Para compreender o início desse processo de busca pelo reconhecimento oficial do Estado, foi necessário olhar para o fenômeno atual da patrimonialização do MS a partir de vários ângulos. Minha análise centrou-se entre 2015 e 2023, período em que a discussão e a mobilização em torno desse reconhecimento como Patrimônio Cultural toma forma. Para tanto, analisei leis, atas do Conselho Consultivo, documentos institucionais e as oficinas “Reconhecimento Patrimonial no Mercado Sul”, organizada pelos próprios membros e colaboradores do “Mercado Sul Vive!” e realizada nos dias 20, 22 e 27 de outubro de 2021, de forma online devido à crise sanitária instaurada pela pandemia de Covid-19.¹¹ Essas oficinas culminaram na audiência pública ocorrida na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2021, a qual também foi analisada na monografia e será abordada em breve. Passo, a seguir, a me concentrar na descrição do modo como o GDF, por meio do seu aparato burocrático e da legislação em vigor, lida com a questão patrimonial.

¹⁰ Uma decisão recente do CONDEPAC a propósito do reconhecimento do bem cultural Fuá de Seu Estrelo aponta, entretanto, que essa não será uma luta pacífica. Em reunião do Conselho Consultivo da SECEC do GDF, em data de 12 de março de 2024, na qual se apreciou o pedido de Registro do Fuá de Seu Estrelo nos livros das Formas de Expressão e Lugares, a questão territorial foi objeto de celeuma entre os conselheiros. Parte deles considerou que, pelo fato da sede do grupo não estar regularizada, o registro do bem deveria ficar restrito ao Livro das Formas de Expressão, indicação que foi acolhida por aclamação. Não obstante o parecer técnico de registro tenha enfatizado a insegurança fundiária que acossa o grupo, como também a relação umbilical do bem cultural com a sua sede, parte dos conselheiros foram irredutíveis. Ficou explícita na ocasião a questão das regularizações fundiárias no DF, que acendem calorosas disputas políticas.

¹¹ A pandemia de coronavírus foi decretada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e termina oficialmente apenas em 05 de maio de 2023. Durante esse período foi necessário que a população fosse isolada em casa como forma de conter a propagação do vírus, que levou a óbito cerca de 20 milhões de pessoas e a contaminação de 800 milhões de pessoas. No Brasil, um conjunto de ações dos governos federais, estaduais e distritais demonstraram a má gestão da crise de saúde pública da época, gerando uma série de impactos sociais. Uma das áreas mais afetadas pela pandemia foi a cultura, visto que as pessoas não podiam se reunir presencialmente, o que gerou uma defasagem na cadeia produtiva e na sustentabilidade econômica dos trabalhadores desse setor.

A legislação: a visão do Estado

Nas últimas décadas, é crescente o interesse de antropólogos por arquivos pessoais e institucionais¹². Em linhas gerais, subjacente a essa multiplicidade de contribuições, constata-se a ênfase no desvelamento das condições sociais e políticas de produção e constituição de fontes, acervos, fundos e coleções documentais, assim como das distintas instâncias, agentes, mecanismos e práticas neles implicados. Mais que repositórios de informações e produção de conhecimento, os conjuntos de documentos e suas instituições de guarda são espaços de construções culturais e de tecnologia de governança. Embora eu não tenha proposto uma “etnografia de arquivos”, uma vez que tal empreitada requer procedimentos de pesquisa específicos, o meu esforço analítico de leitura e crítica internas da legislação e dos documentos institucionais do GDF recaiu sobre o exame das leis, portarias e atas de reunião.¹³

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC) e a Subsecretaria de Patrimônio Cultural (SUPAC) são as responsáveis por coordenar todas as ações sobre o tema a nível distrital. Dentro da estrutura da SECEC, há o Conselho de Defesa ao Patrimônio Cultural (CONDEPAC), que surgiu em 2017 e é composto por membros do Estado e da sociedade civil. Sua principal função é a de opinar sobre diretrizes e legislações referentes ao tema e realizar a votação que reconhece oficialmente os bens culturais como patrimônios do DF. As discussões do Conselho, por meio das suas atas de reuniões, foram minha principal fonte de dados para a pesquisa.

Mas antes de abordar especificamente o conteúdo dessas reuniões, é importante fornecer aos/às leitores/as um breve panorama sobre o cenário atual dos reconhecimentos patrimoniais no DF. Até o momento da escrita deste artigo, eram 31 bens culturais materiais reconhecidos e 11 imateriais; desses 42 bens, 22 se localizam no Plano Piloto, enquanto os outros 20 estão distribuídos pelas 35 Regiões Administrativas do DF¹⁴. Destaco a seguir alguns pontos fundamentais para compreender esse cenário, quais sejam: a) A legislação do Distrito Federal é relativamente recente¹⁵ e se baseia em grande medida nas leis, decretos e portarias do IPHAN; b) Apenas três bens culturais imateriais reconhecidos atualmente passaram por todo o processo administrativo instituído nas leis, decretos e portarias que regem o reconhecimento patrimonial oficial.¹⁶ Até o momento nenhum bem cultural material teve seu processo instruído de acordo com a legislação vigente; c) não estão explícitas quais são as ações do Estado para garantir a preservação dos bens tombados e registrados e nível distrital.

Segue um resumo das principais pautas discutidas nas reuniões do CONDEPAC: 1) O CONDEPAC teve apenas 2 mandatos: o primeiro no período entre 2018 e 2022, com um hiato entre 2019 e 2021, e o segundo que começou suas atividades em 2023, que segue vigente; 2) a implementação da política pública voltada

¹² Cf. Oliveira *et al.* (1998); Freire *et al.* (2005); Castro (2008); Travancas, Rouchou e Heymann (2013); Heymann e Nedel (2018).

¹³ Para tal, inspirei-me nos estudos de Corrêa (1983), Oliveira (1987), Cunha (2004), Almeida (2008), Vianna (2014), além das sugestões precursoras de Foucault (1977, 2006).

¹⁴ Ver lista disponibilizada pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Levar em consideração que ainda não foi atualizada depois do reconhecimento oficial do Fuá do Seu Estrelo, que ocorreu no dia 12/03/2024. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/08/Compilado-Patrimonio-Cultural-do-DF.pdf>

¹⁵ A Legislação que trata sobre a temática específica dos patrimônios culturais são: a) Lei 47, de 02 de outubro de 1989, decreto 25.849, de 17 de maio de 2005 e a portaria 79, de 30 de setembro de 2015, referentes ao processo dos tombos e dos patrimônios materiais;⁶ b) Lei 3.977, de 29 de março de 2007, decreto 28.520, de 07 de dezembro de 2007, portaria 78, de 30 de setembro de 2015, referentes ao processo de registro dos patrimônios imateriais.

¹⁶ São eles: Fuá do Seu Estrelo, reconhecido em 2024, Prainha dos Orixás e Festa de Iemanjá, ambos reconhecidos em 2018.

ao patrimônio cultural ainda é deficiente, tornando-se via condutor de vários problemas e discussões presentes nas reuniões do Conselho; 3) Os patrimônios materiais aparecem com mais frequência nas discussões, comparados com os imateriais; 4) Existem 2 casos de demolições de patrimônios materiais em que não houve responsabilização pelo ocorrido e o Conselho não conseguiu ser efetivo quanto à sua atuação, o Ginásio Cláudio Coutinho¹⁷ e a Casa Dona Negrinha¹⁸; 5) Há o questionamento sobre a narrativa histórica que têm sido contada sobre o DF; 6) A falta de transparência e a abertura das reuniões para o público foi algo discutido pelo conselho; 7) Há a discussão de como lidar com os patrimônios que possuem vícios de origem e de forma, ou seja, aqueles que não foram reconhecidas pelo processo correto presente na legislação vigente; 8) Problemas com território tem sido presentes no âmbito patrimonial do DF; 9) Há a preocupação com as políticas e ações de educação patrimonial realizadas pelo Estado; 10) Existe um alto número de discussões sobre reformas nos patrimônios materiais; 11) Há a preocupação com a manutenção dos acervos históricos.

Dos pontos elencados acima, gostaria de aprofundar a discussão em alguns deles. O primeiro é sobre política pública deficitária. Apesar da criação do Conselho e da pasta voltada para o patrimônio cultural dentro da Secretaria de Cultura, as formas de financiamento de educação patrimonial ou o apoio aos patrimônios já reconhecidos ainda são muito inexpressivos. Isso se reflete na dificuldade de sustentabilidade material e econômica dos detentores e também na manutenção dos acervos e estruturas tombadas. O mesmo ocorre com a política de educação patrimonial, cujo único projeto é voltado apenas para alunos e servidores presentes nas escolas públicas do DF.

A falta de publicação dos dados também tem sido algo recorrente. Tive dificuldade em obter acesso às atas do Conselho. Algumas foram publicadas com mais de seis meses de atraso, impedindo o acompanhamento, por exemplo, da troca de mandato do conselho. Vale ressaltar que as reuniões do CONDEPAC não são abertas ao público. Além disso, os próprios conselheiros têm se queixado quanto à falta de transparência de outros órgãos em processos de defesa ao patrimônio cultural, como foi o caso do Ginásio Cláudio Coutinho e da Casa Dona Negrinha, ambos tombados e posteriormente demolidos por falta de cuidado com sua estrutura. Nenhum agente até o momento foi responsabilizado, mesmo isso sendo previsto em lei. O Ginásio Cláudio Coutinho ainda possui um agravante: por estar em uma área central e bem valorizada, a especulação imobiliária tem estado presente, retirando a utilidade de um equipamento público que não obteve o cuidado necessário para substituir por um empreendimento privado. A questão territorial entra em voga não só nas discussões realizadas pelo conselho, mas estão presentes nos embates dos bens nos seus processos de reconhecimento. A escola de samba Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC), o Boi do Seu Teodoro, e o mais recente bem cultural reconhecido como Patrimônio Cultural do DF, o Fuá do Seu Estrelo, enfrentam ou enfrentaram questões para a manutenção de suas expressões culturais nos territórios de origem.

¹⁷ O Ginásio Cláudio Coutinho é voltado para a prática de esportes aquáticos localizada no Plano Piloto e estava em desuso devido a graves problemas estruturais em sua fundação. Sua estrutura fica ao lado do Estádio Mané Garrincha e passou por um processo polêmico de demolição de parte de suas estruturas comandado pela empresa Arena Bsb, em 2021. A área em que o Ginásio está localizado foi concedida por 35 anos para essa empresa, que pretende criar restaurantes, cinemas, boulevards e explorar economicamente o local.

¹⁸ A Casa Dona Negrinha está localizada na Região Administrativa de Planaltina, conhecida por ser a cidade mais antiga do DF e que abrigou a Comissão Cruls nas expedições que determinaram onde seria a nova capital federal. A casa está localizada no sítio histórico da cidade e possui traços da arquitetura colonial. Sua estrutura foi condenada pela Defesa Civil do DF em 2020, após a fachada da casa ter desabado devido a problemas estruturais da edificação. O proprietário foi notificado do ocorrido e em seguida determinou a demolição da Casa Dona Negrinha.

Por último, é importante mencionar que no DF há outros bens que utilizam do título de patrimônio cultural, mas que não passaram pelos ritos procedimentais corretos do ponto de vista legal. O *Hip-hop* e a Marcha para Jesus são exemplos interessantes, pois têm sido mobilizados para a movimentação política com objetivo de elevação de determinadas ideologias ou para a formação de cabos eleitorais. Quando lidamos com processos de patrimonialização, é inevitável que certas categorias, discursos e práticas estejam em disputa. Deputados têm se utilizado desse mecanismo de aprovar leis que determinam um bem cultural como patrimônio para ganhar aprovação, bem como para defender ameaças ou mobilizar benefícios, sejam eles financeiros, políticos ou sociais.

As oficinas: a perspectiva da sociedade civil

Os detentores do MS que compõem o Movimento “Mercado Sul Vive!” entenderam rapidamente que o processo de reconhecimento pelo Estado é burocrático e que demanda várias articulações. Uma das iniciativas nesse sentido foi a realização de oficinas que pudessem ensinar aos participantes a história das políticas patrimoniais no Brasil, a legislação do DF pertinente ao tema, procedimentos técnicos e estratégias políticas. Essa atividade foi responsável pelo alinhamento de expectativas e articulação do discurso a ser produzido em prol do pedido de reconhecimento. Foi por meio dos depoimentos pessoais e dos afetos criados nesse território que as oficinas surtiram efeito, pois, ao final dos três dias, foi possível apreender uma narrativa compartilhada e politicamente engajada. Vamos a elas.

A primeira oficina foi conduzida pelo antropólogo Paulo Henrique (Paíque) Santarém¹⁹ e pela socióloga Maria Paz²⁰, com forte participação comunitária. Durante o primeiro encontro foram apresentados os ritos institucionais e a legislação do DF que regulamenta a implementação de políticas públicas para o patrimônio cultural. Em seguida, foi utilizada a metodologia seguindo as diretrizes do Inventário Participativo (IPHAN, 2016), instrumento elaborado pela área de Educação Patrimonial do IPHAN, em grande medida inspirado no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)²¹, para guiar a própria comunidade em como elencar as expressões culturais presentes no território e os motivos que justificariam a candidatura do MS como patrimônio cultural do DF.

A oficina ocorreu de forma online, e os participantes expuseram a importância da patrimonialização do Mercado Sul: a) O MS como ambiente de cuidado, tanto do espaço quanto de seus frequentadores; b) O reconhecimento como instrumento de valorização da autoestima e do trabalho realizado no Beco; c) O reconhecimento como instrumento de luta política, tangenciando o direito à cultura, à moradia e o direito à cidade e indo contra a especulação imobiliária, resultando na permanência do MSV no Beco; d) Reconhecimento necessário devido ao território vivo, que faz a salvaguarda de expressões culturais já reconhecidas

¹⁹ Paíque é mestre em Antropologia Social (UnB) e doutorando em Arquitetura e Urbanismo (UnB). Possui discussão relevante sobre o tema na monografia “A Cidade Brasília (DFE): Conflitos Sociais e Espaciais Significados na Raça” (2013). Sua área de atuação é voltada para os seguintes temas: movimentos sociais urbanos, transporte coletivo urbano, direito à cidade e racismo. É atuante ativo em movimentos sociais como o Movimento Passe Livre e Mercado Sul Vive. Foi pesquisador do inventário do Bumba Meu Boi do Seu Teodoro, manifestação artística registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do DF.

²⁰ Maria Paz é mestra em sociologia e doutoranda em museologia. É professora de sociologia na rede básica de ensino do DF e atuou no IPHAN como colaboradora no inventário do Boi do Seu Teodoro como pesquisadora e no programa educativo do Centro Cultural Três Poderes, desenvolvendo atividades de educação patrimonial.

²¹ Sobre a história de elaboração do INRC, seus fundamentos teórico-metodológicos, sua estrutura e utilização, ver Moraes (2019).

como patrimônio; e) Reconhecimento devido à importância histórica, social e cultural para o DF.

Já na primeira oficina o debate de como o Mercado Sul se enquadraria como patrimônio cultural retorna à questão territorial do Distrito Federal e também do processo judicial que definirá se a ocupação do Mercado Sul permanecerá no território ou não. Paíque abordou na ocasião que, no caso do processo judicial do MS, a patrimonialização do território e de suas práticas não dependem desse processo e exemplificou abordando 3 cenários possíveis: 1) Se o juiz decretar o fim da ocupação e o reconhecimento for efetivado, as práticas do Mercado Sul seguirão sendo reconhecidas e salvaguardadas; 2) Se a decisão judicial apoiar a permanência da ocupação e suas práticas e edificações forem salvaguardadas, o MS terá uma excelente condição para salvaguardar seus bens; e 3) Caso o processo demore para ter uma decisão final e o MS for patrimonializado nesse período, obter o reconhecimento do Estado pode ser um argumento importante para a avaliação do juiz em manter as edificações, as práticas e seus detentores no território. Ou seja, o processo judicial não é determinante no processo de reconhecimento, mas os processos de tombamento e de registro podem ser uma força estratégica para o movimento conseguir a permanência no território.

Essa forma com a qual o Mercado Sul procura se proteger, utilizando do reconhecimento patrimonial, também visa a ser uma estratégia para que outros grupos que passam por esses processos de especulação ou de expulsão possam utilizar. Além disso, coloca a narrativa da história única do Distrito Federal e da exaltação dos modernistas em disputa. Durante a oficina muito se falou sobre a fragilidade dos direitos culturais devido à desvalorização deste setor, mas também fica claro que é um dos mecanismos em que se deve lutar para o cumprimento das leis já existentes, para reivindicar fomento, para o reconhecimento desses territórios e também para ocupar as esferas institucionais.

A segunda oficina tratou sobre a decisão a respeito de quantas fichas do inventário deveriam ser preenchidas, quais seriam as estratégias a serem adotadas para que a totalidade e a complexidade do MS pudessem ser contempladas a partir de critérios do Estado. Foi nessa reunião que eles também selecionaram e classificaram as manifestações culturais do Beco nas fichas de Territórios, Lugares, Saberes e Ofícios, Objetos, Celebrações e Formas de Expressão. Assim, através desse debate, pouco a pouco o argumento do MS como patrimônio cultural foi construído, transformando a linguagem afetiva, muito presente no primeiro dia de oficina, em uma linguagem afeita ao vocabulário das instituições formais responsáveis pela área do patrimônio cultural do DF. Ou seja, a transformação do patrimônio *latu sensu*, para o *stricto sensu*²², neste caso, está intimamente ligada à mudança da linguagem e à adição de argumentos valorizados pelo Estado.

É notório como, em diversos momentos, os participantes evocavam ideias de unicidade, essencialidade, autenticidade, tradicionalidade e originalidade. Sabe-se que o conceito de “autenticidade” está profundamente imerso na teoria antropológica e nas ideologias étnicas autoconscientes de muitos dos grupos estudados pelos antropólogos (HANDLER, 1985: 215). Van De Port e Meyer (2018: 13) afirmam que:

a autenticidade é a condição *sine qua non* do patrimônio. Tanto os artefatos históricos quanto os legados históricos imateriais (tradições, rituais, performances, artesanato) precisam ser ‘autenticados’ para se qualificarem com o rótulo de patrimônio.

²² Patrimônio *latu sensu* é usado quando a própria sociedade reconhece o valor de um bem para a identidade cultural de um local, mesmo que ele não tenha passado pelos ritos institucionais. O *stricto sensu* seria quando o bem cultural obtém o reconhecimento pelas vias institucionais. Sobre essa diferenciação, ver Scifoni (2019; 2022)

Gonçalves (2011:1) vai além desse argumento ao sustentar que “a categoria ‘autenticidade’ parece circular em todo e qualquer contexto sociocultural, embora as regras que delimitam seu perfil semântico possam variar bastante geográfico e historicamente.” Não me cabe avançar muito mais nessa discussão nesse momento. Gostaria apenas de ressaltar que se tratam de categorias mobilizadas tanto pelo Estado quanto pelos detentores do MS, embora de lugares e formas distintas.

Levanto este ponto não como forma de questionar ou de falar o que é certo ou errado quando se trata das conceituações sobre patrimônio cultural. Não me parece que as pessoas que compõem o Mercado Sul estão de fato interessadas em provar sua antiguidade, que têm uma essência única, que são tradicionais ou originais. Nas visitas de campo, esses aspectos não apareciam, tampouco nos vídeos. Quando ouvimos as narrativas sobre o Mercado Sul, a maior intenção é a de que as práticas comunitárias sigam acontecendo, que a visibilidade das diferentes identidades que estão no espaço seja respeitada e que o território tenha a garantia de direitos sociais. Os membros do movimento entendem que, para que isso aconteça, é necessário que o discurso se adeque ao que o próprio Estado demonstra ser importante. E a adequação passa, também, pela escolha dos termos utilizados no diálogo.

Durante o segundo encontro foi possível perceber também o papel central na discussão sobre reconhecer o MS como patrimônio material. Conforme abordei anteriormente, a maior parte das pautas do CONDEPAC recai na discussão sobre patrimônios materiais. A importância da “pedra e cal” parece prevalecer nas discussões e na própria identidade cultural de Brasília. Se o Estado e o Conselho responsável por discutir a questão patrimonial seguem trazendo as edificações como principal ponto de pauta, é interessante e estratégico que o Mercado Sul Vive! enfatize os azulejos de Athos Bulcão como argumento importante para o reconhecimento patrimonial do MS.²³

Figura 4 – Chico Simões (esquerda) e Afonso Miguel (direita) se apresentando com o Mamulengo Presepada no Teatro Invenção Brasileira em 2002. Ao lado há a fachada feita de azulejos de Athos Bulcão. Fonte: livro 30 anos de Invenção Brasileira. Autor desconhecido, 2002



²³ Segundo os participantes do movimento Mercado Sul Vive!, os azulejos presentes nas fachadas das lojas do Mercado Sul seriam de autoria de Athos Bulcão. As obras do artista plástico estão presentes em várias edificações tombadas do Distrito Federal e foram inventariadas pelo IPHAN em 2010 e em 2018. Devido à notoriedade e à importância dos azulejos nas edificações já tombadas, o Mercado Sul Vive! utiliza esse argumento para o reconhecimento patrimonial material e considera que medidas de proteção e salvaguarda devem ser aplicadas nas fachadas das lojas do Beco.

Fazer referência aos princípios de originalidade, autenticidade, essencialidade, tradicionalidade e temporalidade, em conjunto com o enquadramento do bem enquanto patrimônio material, seria um espelho do que o Estado tem demonstrado como importante para obter esse reconhecimento. Tendo isso em mente, se o objetivo geral do MSV é valorizar as identidades culturais, gerar autonomia, autogestão e garantir a permanência do MS e das lojas ocupadas, talvez adaptar o discurso para esses termos seja essencial para conseguir cumprir os ritos institucionais até que o reconhecimento de fato ocorra. Estratégias semelhantes têm sido adotadas em outros contextos. Bortolotto (2017: 35) demonstra, em casos de candidaturas de bens culturais que concorrem ao reconhecimento de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, como a ideia de autenticidade tem sido mobilizada por agentes diversos, como técnicos do governo, pesquisadores e pelos próprios detentores para potencializar a ligação das manifestações culturais com o território “de origem”.

Diante disso, ficou definido que o Mercado Sul preencheria seis fichas do inventário em relação ao patrimônio imaterial. Quanto ao patrimônio material, não ficou explícito como o processo seria conduzido, apenas que havia a intenção do MS de recorrer também ao tombamento, pois as edificações no Mercado Sul seriam revestidas com azulejos do Athos Bulcão, além de terem sido construídas com sobras de madeiras e tijolos remanescentes da construção dos prédios localizados no Plano Piloto.

A partir da definição acerca do preenchimento das fichas, os participantes começaram a discutir sobre a articulação necessária, além do lançamento da campanha de reconhecimento. Ficou definido que o principal slogan seria “Mercado Sul é patrimônio cultural!”, como forma de mostrar que a própria população já se considera como patrimônio cultural, sendo necessário o reconhecimento por parte do Estado. Dessa forma, vemos que o Mercado Sul Vive vai de acordo com o que aborda Meneses (2009: 33-4) sobre o deslocamento da matriz de valoração. O MS já se considera patrimônio, restaria ao estado proteger e declarar a partir do reconhecimento institucional.

A terceira oficina teve como objetivo apresentar as fichas e mobilizar agentes externos ao Mercado Sul para apoiarem a candidatura. Nesse encontro, deputados federais, deputados distritais, conselheiros de cultura, representantes de partidos políticos, defensores públicos, professores universitários, acadêmicos, artistas, lideranças de movimentos culturais e a própria comunidade do MS apresentaram sua visão sobre a importância do Beco para a identidade cultural do Distrito Federal. A estratégia definida na segunda reunião foi efetiva e levou o debate sobre o MS como patrimônio cultural para diversas esferas.

Por fim, chegamos à audiência realizada na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Não me parece que o objetivo do Mercado Sul fosse demandar um projeto de lei determinando o MS como patrimônio, como abordamos anteriormente neste artigo. Os discursos deixam claro que é uma estratégia para ganhar visibilidade e para chamar a atenção das autoridades responsáveis pelos patrimônios do Distrito Federal. É uma forma de pressionar o Estado, de trazer olhares, de engajar novos parceiros e, principalmente, de fortalecer a narrativa que foi pensada, construída e articulada durante os outros três encontros, tanto com os integrantes do próprio movimento, como também com os parceiros externos.

A audiência teve a presença de advogados, conselheiros, acadêmicos, defensores públicos, artistas renomados e pessoas do próprio movimento. Da mesma forma que o discurso do MSV se adapta quando chega na esfera institucional, cada um desses atores é importante para admitir a ideia de que o Mercado Sul já é Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Outro ponto importante é que a audiência foi o único momento em que os detentores do Mercado Sul Vive! debateram diretamente com a Subsecretaria de Patrimônio Cultural (SUPAC) sobre o reconhecimento oficial do Mercado Sul.

Nos discursos proferidos na audiência pública, a comunidade presente no Mercado Sul atrelou a importância de reconhecê-lo como patrimônio relacionada aos seguintes tópicos: a) memórias e práticas culturais encontradas no MS como afirmação de sua identidade; b) a importância do território naquele contexto; c) a importância do direito à moradia, cultura e a cidade de forma interligada; d) outras identidades culturais que fogem da histórica hegemônica do DF; e) o processo judicial e a especulação imobiliária presentes no MS; f) a necessidade de políticas públicas.

Para que os bens culturais ligados a essas pessoas sejam salvaguardados, é necessário olhar para as demandas cotidianas deste segmento, ou seja, que os direitos à cultura, à cidade e à moradia sejam vistos de forma interligada. Elaborar e implementar políticas sociais, culturais e patrimoniais é necessário, mas se elas não conversarem com estes princípios de forma interseccional há possibilidade de enfraquecimento do território diverso que é o MS e de seus detentores. Fundamentalmente, patrimonializar o MS seria uma maneira de responsabilizar o Estado pela garantia desses direitos.

Por outro lado, a resposta que Daniela Zambam, representante da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, pareceu fazer é justamente de se esquivar da obrigação do Estado perante o cuidado com os patrimônios reconhecidos ou em fase de reconhecimento. Ela se concentrou em três pontos principais. Em primeiro lugar, solicitou que a documentação fosse entregue conforme previsto na legislação. Depois, aconselhou que o Mercado Sul solicitasse outro tipo de reconhecimento estatal, como os Pontões de Cultura, por exemplo, e que solicitasse isso ao Conselho de Cultura do DF. Segundo a resposta da servidora, a depender dos bens culturais do MS, não seria possível obter o reconhecimento oficial como patrimônio. Continuou sua fala recomendando que fosse feito o pedido como patrimônio imaterial e sua inscrição se desse no Livro dos Lugares. Devido às modificações na parte arquitetônica, não seria possível reconhecer como patrimônio material, pois houve perda das características originais. Por fim, a servidora informou que seria possível que a comunidade tivesse que se mobilizar e se responsabilizar para manter o local preservado, inclusive de forma financeira, após o reconhecimento. Logo, a responsabilidade do detentor do bem aumentaria consideravelmente. Após a fala, a servidora se retirou da reunião sem dialogar com as pessoas presentes.

É importante tensionar a fala realizada pela representante da SECEC. Houve pouca transparência quanto ao diagnóstico feito. Ou seja, não trouxe os motivos e argumentos que justificariam o porquê que o Mercado Sul não se enquadraria como patrimônio em certas categorias. Também exime a Secretaria de se responsabilizar pelas competências designadas a ela quanto aos patrimônios culturais ao falar da responsabilização dos detentores e do MS ser reconhecido por outro mecanismo.

Houve discordância do posicionamento de Daniela Zambam por parte dos presentes na audiência. Após a falta de debate com a servidora devido à sua ausência na reunião, Paíque solicitou que houvesse um debate aberto e direto com a SUPAC e o CONDEPAC. O antropólogo trouxe a importância de se ter o público presente, já que essa demanda não traria danos às funções feitas pela SECEC e o CONDEPAC. Rita Andrade, conselheira de cultura do DF, e Liza Maria, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, trouxeram para o debate bibliografias que discordavam da posição dada sobre o não reconhecimento do Mercado Sul como patrimônio cultural devido à descaracterização arquitetônica. Mais uma vez, constatamos o embate entre os significados sobre o patrimônio cultural atribuídos pelo Estado, pelas instituições acadêmicas e pela sociedade civil. A reunião se encerrou com a promessa de um ato solene em comemoração aos oito anos da ocupação, mas esse evento nunca chegou a ocorrer.

Considerações finais

Em 2022, meses após a audiência, com o fim do isolamento social, as atividades no MS retornaram aos poucos. Novas lideranças surgiram no MSV. A vida segue seu curso de forma coletiva nas ruas do Beco, com suas problemáticas, seus conflitos, suas lutas e seus encantos. Em setembro do mesmo ano, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios reconheceu que a Ocupação Cultural Mercado Sul Vive! era importante para o interesse social e para o direito à cidade. A decisão foi tomada por meio judicial, e não governamental. Sendo assim, mesmo após essa decisão, ainda não há garantia de que as lojas não serão desapropriadas e que o movimento continue no território.

Apesar disso, o MSV segue articulando suas demandas por outras vias. Paíque Santarém tornou-se conselheiro do CONDEPAC. Ramona Onijá, importante liderança jovem do MSV, também chegou a concorrer como conselheira regional de cultura de Taguatinga. A articulação política segue ocorrendo para suprir as demandas do MSV. Fica nítido que a ocupação não é apenas das lojas, mas também do imaginário social, de cargos nas instâncias públicas e participativas, em exposições e museus e, consequentemente, nos projetos de construção da identidade cultural do Distrito Federal.

Conforme afirmei no início deste artigo, a principal motivação para a construção da pesquisa realizada foi o anseio em compreender as formações identitárias do DF para além dos símbolos legitimados vinculados à capital modernista. Busquei, com esse trabalho, a partir do estudo do processo de patrimonialização do MS, elaborar reflexões a respeito das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no DF, com foco no modo como elas têm sido abordadas e discutidas no âmbito do CONDEPAC. Analisei algumas das tensões envolvidas nesse processo, especialmente nas situações em que os integrantes do movimento MSV foram confrontados com os limites das políticas patrimoniais. Ainda não sabemos qual será o desfecho dessa saga. Mas podemos ter certeza de que os detentores do MS se apropriaram das suas próprias narrativas sobre o seu patrimônio, compreenderam seu lugar legítimo na história do DF e têm utilizado estrategicamente esses recursos discursivos e políticos na sua luta pelo direito à cidade, à sustentabilidade cultural e econômica e ao território.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica uma história da agricultura no Maranhão*. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ARANTES, Antonio Augusto. “A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil”. In: BARRIO, A. E.; MOTTA, A.; GOMES, M. H. (orgs.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. 1ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. pp. 52-63.
- BORTOLOTTI, Chiara. Patrimônio e o futuro da autenticidade. *IPHAN, Revista do Patrimônio. Patrimônio: desafios e perspectivas*, 36: 23-37, 2017.
- CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, 4 (7): 313-33, 2003.
- CONGRESSO NACIONAL. Câmara dos Deputados. Comissão de Cultura: Mercado Sul como patrimônio Material e Imaterial do DF. 17 de dezembro de 2021.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo, *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 10 (2), 287-322, 2004.
- DA CRUZ, Weber. *Retomar para Reinventar*. 19 de novembro de 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FREIRE, Américo et al. (eds.). Dossiê Antropologia e Arquivos. *Estudos Históricos*, 2 (36), 2005.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Orelha de livro”. In: GOMES, Edlaine de Campos. *A Era das Catedrais: a autenticidade em exibição*. Rio de Janeiro: Garmond, 2011.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva”. In: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALO, Simone (orgs.). *A antropologia na esfera pública : patrimônios culturais e museus*. Goiânia : Editora Imprensa Universitária, 2019. pp. 29-30.
- HANDLER, R. “On having a culture : Nationalism And The Preservation Of Quebec's Patrimoine”. In: STOCKING, G. (org.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The Wisconsin University Press, 1985. pp. 192-217.
- HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2018.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Educação Patrimonial : inventários participativos : manual de aplicação*/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2016.

LEMOS, Guilherme Oliveira. *No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 – 1971)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, 2022.

MENESES, Ulpiano B. T. O campo do patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. Conferência magna. *I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio Cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto/MG: Iphan, 2009. pp.127-136.

MERCADO SUL VIVE! Reconhecimento Patrimonial no Mercado Sul-10 Encontro. YouTube, 20 de outubro de 2021.

MERCADO SUL VIVE! Reconhecimento Patrimonial no Mercado Sul-20 Encontro. YouTube, 22 de outubro de 2021.

MERCADO SUL VIVE! Reconhecimento Patrimonial no Mercado Sul-30 Encontro. YouTube, 27 de outubro de 2021.

MERCADO SUL VIVE! Sentença reconhece a legitimidade da Ocupação cultural e nega remoção. 1 de setembro de 2022.

MERCADO SUL VIVE! Histórico. <https://www.mercadosul.org/quem-somos/>.

MORAIS, Sara S. “Modos de fazer e usar o INRC: reflexões sobre sua dimensão prática”. In: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (orgs.). *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*. Brasília/Goiânia: ABA Publicações/Editora Imprensa Universitária, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Elementos para uma sociologia dos viajantes”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *Sociedades indígenas e Indigenismo no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/UFRJ, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi *et al.* (ed.). Dossiê Arquivos Pessoais. *Estudos Históricos*, 11 (21), 1998.

RAMOS, Jade Oliveira. *Território e coletivos culturais: resistências e esperanças na dinâmica territorial do estudo de caso Mercado Sul em Taguatinga*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Universidade de Brasília (UnB), 2018.

SCIFONI, Simone. Interpretar Qual Patrimônio? A Experiência Do Inventário Participativo Do Minhocão, São Paulo. In: *Anais do III Simpósio Científico do Icomos/Brasil. Autenticidade em risco*. Belo Horizonte, 2019.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? *Educação e Sociedade*, 43 (1): e255310, 2022.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, 21 (2), 2021. pp. 140-154.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joële; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

TRINDADE DA SILVA, Breno. “O samba de roda do Recôncavo Baiano para além do Recôncavo: patrimônio e territorialidade”. In: URIARTE, Urpi Montoya; MACIEL, Maria Eunice (orgs.). *Patrimônio, cidades e memória social*. Salvador: EDUFBA/ABA , 2016. pp 189-209.

VAN DE PORT, Mattijs; MEYER, Birgit. "Introduction: Heritage Dynamics: Politics of Authentication, Aesthetics of Persuasion and the Cultural Production of the Real". In: MEYER, Birgit *et al.* (eds.). *Sense and Essence. Heritage and the Cultural Production of the Real*. Nova Iorque/Oxford: Berghahn, 2018. pp. 1-39.

VIANNA, Adriana. "Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais". In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues *et al.* (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS PRÓXIMOS DOSSIÊS TEMÁTICOS

Volume 12, Número 30 (setembro-dezembro de 2025)
Enfoques Contemporâneos sobre os Estudos do Cuidado

Dr. Fabio de Medina da Silva Gomes (Unemat)

Dra. Ludmila Rodrigues Antunes (UFF)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE AGOSTO DE 2025

Volume 13, Número 31 (janeiro-abril de 2026)
Epistemologias étnica e racialmente diferenciadas: diálogos possíveis

Dra. Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Dra. Talytta Suenny Araújo (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFC e UNILAB)

Dr. Almiros Martins Machado (PPGA)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2025

Volume 13, Número 32 (maio-agosto de 2026)
Masculinidades, curso de vida e cuidado

Dr. Esmael Alves de Oliveira (UFGD)

Dr. Marcos Nascimento (IFF/Fiocruz/RJ)

Dr. Camilo Braz (UFG)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE MARÇO DE 2026

Volume 13, Número 33 (setembro-dezembro de 2026)
Etnografia, escrita de si e escrita entre os seus: experimentações, desafios e potencialidades

Dr. Leandro de Oliveira (UFMG)

Dr. Felipe Tuxá Sotto Maior Cruz (UFBA)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE JULHO DE 2026

Esperamos também artigos livres, em fluxo contínuo.

As submissões devem ser feitas no site:

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso